

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MACIEL, José do Rego. *José do Rego Maciel (depoimento, 1976)*.
Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 28 p. dat.

JOSÉ DO REGO MACIEL
(depoimento, 1976)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Célia Maria Leite Costa; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Célia Maria Leite Costa; Dulce Chaves Pandolfi

sumário: Maria Alice Mendes de Sousa

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Elisabete Xavier de Araújo

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Recife - PE - Brasil

data: 05/05/1976

duração: 1h 55min

fitas cassete: 02

páginas: 28

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua fundação em 1975.

temas: Agamenon Magalhães, José do Rêgo Maciel, Pernambuco, Política Estadual, Revolução de 1930.

Sumário

Entrevista:

A organização partidária em Pernambuco após a Revolução de 1930; Carlos de Lima e o movimento revolucionário de 1935; rompimento de Carlos de Lima com Agamenon Magalhães; a interventoria de Agamenon Magalhães; breves comentários sobre a autonomia estadual durante a República Velha; ajuda federal aos estados nordestinos e a criação do IAA; o governo Agamenon Magalhães; a imprensa pernambucana; rápidas considerações sobre as mudanças no sistema eleitoral após 1930; apoio do Sertão a Agamenon; Prefeito de Recife em 1952; conseqüências da oposição de Etelvino Lins ao governo federal; os partidos políticos e a campanha de redemocratização; a sucessão Pernambucana de 1946; movimento operário em Recife, empresariado pernambucano e Revolução de 1930; presidente do PSD pernambucano em 1955; breves comentários sobre os governos Rosa e Silva e Dantas Barreto.

Entrevista: maio de 1976

J.M. - Na Revolução de 30 eu estava me formando e, como todo estudante, participei desse movimento revolucionário.

D.P. - O senhor era da Aliança Liberal?

J.M. - Aliança Liberal. Embora não filiado oficialmente, acho que nem havia filiação oficial, havia uma adesão aí, mas... Então veio a Revolução de 30, Carlos de Lima assumiu. O movimento foi eminentemente popular, não há dúvida nenhuma, eu assisti ao movimento de rua e havia grande repercussão popular. Ele assumiu, instalou-se naquelas condições: com a troca de governo na revolução. A princípio, precariamente, como um governo de fato. Depois, então, com a vitória da revolução no Brasil, no país todo, Getúlio Vargas assumia a chefia do governo, expediu um primeiro texto local - foi um decreto -, institucionalizando a revolução, e então Carlos de Lima foi nomeado interventor. Carlos de Lima era um homem que se interessava muito pela [inaudível], pela causa pública, e foi tudo correndo assim nesses termos. Havia uma crise mundial muito grande, com repercussão no Brasil - a séria depressão dos anos 30 -, e isto dificultou muito a realização de obras públicas, no país, no Brasil, em Pernambuco. Ele sempre governando com muito interesse e assim o...

D.P. - E os partidos, nessa época, continuavam: o PD...?

J.M. - Os partidos foram extintos.

D.P. - Todos os partidos daqui de Pernambuco foram extintos?

J.M. - Foram extintos. Os partidos, antes de 30, existiam aqui em Pernambuco no nome só. Não se sabia onde era a sede, não possuíam uma sede, nem um diretório, nem nada...

D.P. - Tanto o Partido Republicano Democrático, e tinha outros três mais importantes: o PRD, o PD...

J.M. - É, exatamente. Porque eles existiam mais nominalmente, quer dizer, o Partido Democrático que deu lugar a Aliança Liberal, este realmente chegou a tomar uma perfeição, mas não se aprofundou. Com a vitória da Revolução de 30, os partidos se extinguíram. Em 32 houve a Revolução Constitucionalista em São Paulo e, em consequência disso, veio o Código Eleitoral, e então houve a organização dos partidos. Mas a lei eleitoral era muito generosa, vamos dizer... muito liberal, de maneira que para disputar as eleições ao lado dos partidos poderia haver simples legendas, e isto aconteceu aqui em Pernambuco. Havia partido... Eu penso que realmente o nome do partido de Carlos de Lima era Partido Social Democrata, se não me engano era este mesmo o nome.

D.P. - Nessa época de que o senhor está falando? Porque antes era Partido Democrático, não é?

J.M. - É. Partido Democrático. Porque nessa época eu estava um pouco já exercendo o cargo na magistratura, mas observava bem esses movimentos. O antigo Partido Republicano, que foi extinto, era o antigo partido situacionista de 30...

D.P. - É. De Estácio.

J.M. - Ele realmente ressurgiu, teve seus candidatos. Agora, houve, então, candidatos de legenda assim como: "Trabalhador, ocupa teu posto." Era uma legenda socialista.

D.P. - Socialista? De quem era a liderança?

J.M. - É. A liderança era de Cristiano Cordeiro, que, segundo o conceito da época, era marxista.

D.P. - Quais as outras legendas?

J.M. - Eu não me lembro de mais nenhuma outra nesse momento.

D.P. - O próprio governo precisava ter alguma legenda? Carlos de Lima...?

J.M. - Não. O governo se organizou sem preocupação política. Naturalmente só estavam lá as pessoas que eram consideradas revolucionárias, embora alguns fossem até afastados de atividades políticas. Houve o primeiro pleito, que elegeu a Constituinte em 34. Esta eleição foi feita, se não me engano, em 33, e a maioria foi para o Partido Democrático, o partido do governo.

D.P. - Partido Democrático?

J.M. - Venceu facilmente porque ainda estava sob aquela aura de popularidade da Revolução de 30, e a legislação [inaudível] também ajudava um pouco isso porque permitia que o partido majoritário levasse as chamadas "sobras eleitorais". Veio a Revolução de 32, teve repercussões aqui, evidentemente que teve, mas o estado aqui formou, de um certo modo, ao lado do governador. Naturalmente havia os grupos que apoiavam a Revolução de 32 - apoiavam não ostensivamente, porque era impossível, a polícia não deixaria -, tanto que houve um voluntariado muito grande para lutar em São Paulo.

D.P. - E desses grupos importantes daqui, quais os que apoiaram a Revolução de 32?

J.M. - Era todo o pessoal que foi da situação de Estácio em 30 e mais alguns outros nomes que eu não recordo. Mas eram geralmente pessoas que achavam que se devia restabelecer logo o chamado "estado de direito democrático" e a volta do *habeas corpus*, quer dizer, o *habeas corpus* havia, mas achavam que se devia voltar ao regime de constituição e a toda aquela situação de antes de 30. Então, feito isto, depois da Constituinte, tudo marchou naqueles termos mesmo, em 34 foi promulgada a Constituição...

D.P. - Foi muita gente participar lá em São Paulo aqui do...?

J.M. - Aqui, o voluntariado foi até bem regular, quanto às condições etc.

D.P. - Quer dizer, o governo não interferia nos preparativos...?

J.M. - O governo fazia muita propaganda etc e tal, dizia que aquilo que eles queriam também era contra o Norte, que era coisa de paulista... Aí entraram outros fatores até perigosos, porque já se dizia que São Paulo era seccionista, queria se separar, mas era exagero e naturalmente houve exagero lá, também, nas estações de rádio, na maneira de se referir: "Nós temos que combater." Isto ampliou a faixa de desentendimento. Mas a revolução, afinal de contas, foi vencida, porém, realmente, o Getúlio Vargas, então, pensou em convocar a Constituinte e convocou. Expediu o Código Eleitoral, a Constituinte se reuniu aqui. A bancada de Pernambuco, como eu já disse, a maior parte aqui ficou no Partido Democrático, que era o partido situacionista. Saiu a Constituição em julho de 34...

D.P. - Nessa época o Partido Democrático estava como?

J.M. - Estava todo unido.

D.P. - Todo unido, legalizado, com sede, como?

J.M. - Tinha sede, uma sedezinha, mas já estava mais ou menos se cogitando, já tinha alguma organização.

D.P. - Quais os outros que tinha nessa época, além do Partido Democrático?

J.M. - Eu acho que o chamado PRP - Partido Republicano Pernambucano.

D.P. - PRP. O senhor acha que eram os dois, não é?

J.M. - Eram os dois.

D.P. - E o tal PRD - Partido Republicano Democrático? Quer dizer, em 30 havia este partido também, que era um partido de oposição, quer dizer, pró-Aliança Liberal, que era Carlos de Lima, e esse partido que era... Dessa época o senhor não está lembrado, não?

J.M. - Nessa época... Foi antes de 30 que realmente organizaram isso aí de uma maneira um tanto precária.

D.P. - Em 34 ele não tinha nenhuma força? Só esses dois?

J.M. - Só havia esses dois, mesmo porque todo o pessoal que foi da revolução desembocou no Partido Democrático, da situação.

D.P. - E as outras legendas?

J.M. - É como eu digo, recordo desta legenda, "Trabalhador, ocupa o teu posto" que, me parece, já disputou a eleição constituinte. A eleição seguinte eu tenho certeza: disputou a eleição de deputado para a Assembléia Legislativa.

D.P. - Nessa época o senhor ocupava que cargo?

J.M. - Nesse tempo eu era juiz municipal do cível e de órfãos aqui na capital.

D.P. - E tinha participação política maior?

J.M. - Não. Eu apenas observava muito aquela situação porque, apesar de estar ocupando um cargo na magistratura, eu pretendia deixar a magistratura e ingressar na política, o que ocorreu depois. Aí tudo foi correndo regularmente e, como eu ia dizendo, a Constituinte de 34 parte, então, por todo o país, tratando das Assembléias Legislativas estaduais para elaborar as constituições estaduais, e até neste momento, também, toda a situação do quadro eleitoral era a mesma. Eu tenho a impressão de que, ao se aproximar o pleito para a Assembléia Legislativa, João Alberto Lins e Barros, que era uma figura destacada da revolução e que era pernambucano, teve uma divergência com Carlos de Lima.

D.P. - Em 34?

J.M. - É. Exatamente isso. Ele realmente pretendeu o governo de Pernambuco, que também Carlos de Lima pretendia, quer dizer, se eleger governador. Passar de interventor para governador.

D.P. - João Alberto Lins e Barros?

J.M. - É, se não me engano, é. João Alberto Lins e Barros, que era uma figura destacada da revolução, era oficial do Exército, estava afastado e foi interventor em São Paulo.

D.P. - O tenente João Alberto, eu me lembro.

J.M. - Houve eleição para a Assembléia Legislativa, Carlos de Lima fez a maioria para a Assembléia, elegeu-se governador e instalou o governo. Já aí o governo tomava uma conotação política: secretariado etc... Ia tomando uma conotação política com o partido situacionista. Meses depois...

D.P. - E o PRP, qual foi a situação?

J.M. - Fez alguns deputados. Em 35 tivemos uma revolução comunista que surpreendeu. Antes foi organizado um movimento aí que se chamava Aliança Nacional Libertadora, se não me engano. E em 35 houve um movimento...

D.P. - Quer dizer que aqui em Pernambuco teve um certo peso a Aliança Libertadora?

J.M. - Teve um certo peso, e o movimento... Eu até, no momento, estava ausente, eu tinha feito uma viagem ao Rio, quando explodiu aqui o movimento. Eu acho que, excetuado o caso do Rio de Janeiro, que era a capital federal, aqui foi onde a luta foi maior e o movimento teve maior intensidade e repercussão. Em consequência disso, vieram as providências do governo federal, como as emendas constitucionais de 1936, que alteraram muito, e houve o chamado estado de guerra, que foi uma providência excepcional adotada pelo governo. Mas, não obstante, houve as eleições municipais

dentro da mesma situação, aparecendo sempre legendas avulsas. Uma delas aqui no Recife, por exemplo, foi: "Nem tudo está perdido." Se não me engano o nome [inaudível].

D.P. - Quem estava à frente dessa?

J.M. - Geraldo de Andrade, médico, que era professor da Faculdade de Medicina, disputou nas eleições um cargo de vereador e foi até eleito.

D.P. - E essa posição era qual mais ou menos...?

J.M. - Era um pouco de oposição à situação, porém sem ligações diretas com a oposição, assim como se fosse independente.

D.P. - Essa legenda tinha uma certa força?

J.M. - Não. Limitou-se a eleger... acho que só elegeu mesmo o Geraldo.

D.P. - Esse foi na eleição de...?

J.M. - Penso que tenha sido a de 36 ou 37, porque foi para vereador. Houve eleição municipal no estado, no país todo, mas no Recife não houve eleição de prefeito, ela se limitava à Câmara Municipal.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.M. - Era possível que houvesse outra legenda ou algum outro partido muito pequeno, mas era sem expressão...

D.P. - O PRP concorreu também, não é?

J.M. - Concorreu. Ele concorria sempre.

D.P. - Era o PD, o PRP e algumas legendas avulsas, não é?

J.M. - É, avulsas.

D.P. - Mas o governo teve maioria?

J.M. - Teve maioria. O governo ia sempre fazendo maioria. Era uma coisa engraçada, porque a gente percebia que o governo ia ganhar a eleição. Até foi um colega meu, de turma, que me chamou a atenção para isto: no dia da eleição, o pessoal passava com o *Diário da Manhã* debaixo do braço... O *Diário da Manhã* era o órgão. Então aquilo era um sinal, o pessoal, às vezes falava isso, aquilo, criticava o governo, mas na hora ia votar no final da Revolução de 30 mesmo, é o que parece. Aqui no Recife era sempre um problema difícil para o governo, mas ele levava vantagem.

D.P. - E nessa época, por exemplo, com a Revolução Comunista, como ficou a situação de Carlos de Lima com Getúlio?

J.M. - Ficou uma situação difícil porque ele estava ausente do estado, e ausente também estava o comandante da Região, o general Manuel Rabelo.

D.P. - Estava ausente Carlos de Lima...?

J.M. - E o comandante da região, general Manuel Rabelo. Houve graves acusações contra três secretários de governo, e o resultado disto foi que ele teve que fazer uma substituição no secretariado e ficou aquela suspeita: o governo teria facilitado o movimento, haveria muita tolerância com o pessoal de esquerda e uma porção de coisas... E ele foi, então, aos poucos, se recuperando disso, mas, de vez em quando, havia um boato de que ele não continuaria no governo, de que o presidente queria lhe oferecer uma embaixada para ele deixar o governo, estas coisas que se diziam assim e que circulavam mesmo na imprensa... Em 1937, então, houve o rompimento de Carlos de Lima com Agamenon Magalhães, que era naquela época ministro do Trabalho... E a situação ficou mais tensa, não é?

D.P. - É. E o rompimento foi exatamente por quê?

J.M. - O rompimento girou em torno dessa atuação do governo aqui em relação às esquerdas. Ao mesmo tempo se falava na sucessão, se lançava a preocupação da sucessão. Isto vai, então, estimulando, assim, as candidaturas e as divergências também. Já antes, então, tinha havido um rompimento do professor Andrade Bezerra, que era presidente da Assembléia, com Carlos de Lima Cavalcanti.

D.P. - Por que esse rompimento?

J.M. - Essa divergência teria sido motivada... - quando houve a Revolução de 35, no momento, estava no governo o professor Andrade Bezerra, que era presidente da Assembléia -, teria sido resultado, talvez, da atuação dele nesse período. Acho que Carlos de Lima não se conformou, não compreendeu qualquer coisa que se passou aí e isto foi se ampliando, até que houve esse rompimento. Há, do lado deles, essas coisas, essa situação e exploram outras circunstâncias, outros fatos de natureza pessoal - não se pode afirmar nem adiantar nada, é muito difícil. Mas, com esse rompimento de Agamenon, afinal de contas terminou... Em novembro houve 37. Trinta e sete para mim foi [inaudível], e o Carlos de Lima deixou o governo. Assumiu aqui o general Azambuja - não me lembro o nome dele todo, assim no momento -, era o comandante da Região e assumiu. Passou umas três semanas no governo, se tanto, até que chegou Agamenon Magalhães já nomeado interventor pelo governo federal. Aí os partidos foram todos extintos, e acabou-se toda a vida partidária. Eleição nenhuma, até que veio o movimento de 45 e, então, houve a formação do Partido Social Democrático aqui, que seria o partido situacionista. Já, antes, tinha se organizado a UDN, União Democrática Nacional. O antigo PRP restabeleceu-se, reapareceu.

D.P. - Em 45?

J.M. - Em 45... Em 2 de dezembro de 45, foram todos para o pleito, depois do novo Código Eleitoral, e todos tiveram representação: a UDN se fez representar bem; o PRP também elegeu deputado federal.

D.P. - Nesse período do Agamenon, o senhor tinha participação política?

J.M. - Nesse período eu fui secretário da Fazenda.

D.P. - Certo. O senhor foi secretário da Fazenda de quando a quando?

J.M. - Eu fui secretário da Fazenda de julho de 39... O Agamenon em...

D.P. - Até quando? Até o final, o senhor foi?

J.M. - Sim. Passei do tempo. O Agamenon, em fevereiro de 45 foi nomeado ministro da Justiça; foi nomeado interventor federal o Etelvino Lins; continuei com Etelvino Lins e fui até 5 de novembro de 45... Atividade política não havia nenhuma nesse período; só havia administrativa, tanto que houve [inaudível]colocação, novo Código Eleitoral, o governo convocou a Constituinte, veio a campanha eleitoral etc...

D.P. - Em termos administrativos, por exemplo, o Sertão, usinas...?

J.M. - Houve um intenso trabalho administrativo. Eu fico um pouco suspeito para falar porque fazia parte do governo, mas foi uma das coisas mais sérias que houve aqui em Pernambuco em matéria de trabalho administrativo. Os prefeitos que não eram eleitos - eram nomeados, foram todos prefeitos nomeados -, suas administrações municipais também, quase todas, foram realizadoras. Elas se empenharam bem no trabalho administrativo, de maneira que tanto o governo estadual como os governos municipais trabalharam bastante dentro do recurso da época. Tentaram até modernizar os métodos de administração, e o estado de Pernambuco desfrutou uma situação muito boa nessa época, financeira e economicamente, apesar da guerra. Aí, vinda a guerra, ficou uma situação difícil.

D.P. - Porque, antes, sempre havia as queixas de que Pernambuco, em relação ao governo central, era desprestigiado. E nesse período?

J.M. - Nesse período teve algum prestígio.

D.P. - E no do Carlos de Lima? Porque, antes da revolução, a oposição se baseava muito nisso, quer dizer, o Norte todo abandonado...

J.M. - Exatamente. Mas acontece o seguinte: é irreal. Até antes de 30, Pernambuco... Por exemplo, o problema de seca: o governo de Pernambuco não tomava muito conhecimento da seca. Porque no Sertão a população era rarefeita, e a chamada agroindústria açucareira era forte, recebia o pessoal que vinha de lá. Então Pernambuco não tinha muita preocupação com o problema da seca. E a atividade do governo federal, antes de 30, não era muito intensa. O governo federal mesmo não tinha muito recurso para ajudar os estados, e não era mesmo do programa do governo federal ajudar os estados. Havia autonomia estadual, os estados tinham muita projeção. Para dizer a verdade - eu vou dizer uma coisa que é muito pessoal, minha -, até 1930 o Brasil era um arquipélago de províncias. Os chamados estados fortes - São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco - eram fortes mesmo e tinham suas polícias militares com bons efetivos. A autoridade que mais valia era a autoridade estadual. Tinha três ou quatro grandes federais, assim, muito respeitados, muito acatados, muito privilegiados; mas a autoridade estadual era a que prevalecia porque o estado podia tudo - era mesmo

devido à situação da Constituição de 91, que dava permissão ao estado para legislar à vontade. O estado legislava sobre processo civil, processo penal etc... O estado tinha uma ampla faixa de legislação e, portanto, tinha mesmo autonomia: contraía empréstimo externo sem dar conhecimento ao governo federal. Aqui foram contraídos vários deles, e, inclusive, na última administração, a anterior à de Estácio Coimbra, contraiu um empréstimo nos Estados Unidos - até um empréstimo em boa situação, para obras do porto e para outras obras aí - e fazia isto sem dar conhecimento ao governo federal. Não precisava licença do governo federal, nem dar conhecimento nenhum. Então, nos estados, se havia alguma reclamação quanto ao sistema do governo federal, era mais na economia em si do que na parte de obras públicas. O governo federal naquela época protegia muito o café e, com isto, ajudava muito São Paulo e Minas Gerais, que eram os grandes plantadores de café naquela época. Em relação ao açúcar, não havia proteção nenhuma. Até em 1922 - nesse tempo eu era criança, mas ouvi falar - com o preço excepcional do açúcar no exterior, o governo federal proibiu a exportação de açúcar e deu um grande prejuízo ao estado de Pernambuco.

D.P. - Em que ano?

J.M. - Em 1922, quer dizer, muito para trás. Então as queixas eram dessa ordem e tal, mas não havia governo federal - ausente - não é? Somente depois de 30 é que o governo federal foi tomando conhecimento de certos problemas locais e conseguiu aportar maior número de recursos financeiros. Aí vem a seca de 32, que pegou Pernambuco inteiramente desprevenido, sem plano de obra, sem plano de obra contra as secas etc. Houve, então, aí, nesse momento, uma divergência muito séria entre o interventor Carlos de Lima e o ministro José Américo, ambos nordestinos. Mas parecia que a divergência toda... toda aquela celeuma era porque realmente não estávamos preparados...

D.P. - Quer dizer, Carlos de Lima acusando que não estava recebendo recursos, nesse nível, não é?

J.M. - É. Acusou fortemente, e o ministro José Américo defendia-se, dizendo que não havia plano de obra contra as secas em Pernambuco, o que era uma verdade. Era uma verdade. Depois, com a intervenção pessoal do presidente da República, essa coisa se acalmou e houve até uma assistência bem regular ao Nordeste dada pelo governo federal, isto é uma verdade.

D.P. - A partir de 32?

J.M. - É. O estado também participou. O estado de Pernambuco foi o menos assistido por isso mesmo, mas houve uma assistência. O ministro José Américo veio ao Nordeste e se interessou muito. Eu tenho até a impressão de que foi a primeira vez que o governo federal veio tão em cima da hora dar uma assistência. Aqui em Pernambuco, por exemplo, a grande preocupação era o açúcar e o preço do açúcar. Tudo girava em torno disto. Querendo defender o preço do açúcar, que entrava, de vez em quando, em crise, o presidente Getúlio Vargas criou, então, o Instituto do Açúcar e do Alcool, que foi feito em 1933. Isto foi uma providência muito feliz porque, apesar da crise que havia no mercado mundial, foi possível lançar uma recuperação... Depois veio o chamado reajustamento econômico que o governo federal decretou e que levantou muitas usinas aqui, porque elas tiveram abatimento de 50% de seus débitos.

D.P. - No plano federal?

J.M. - Isso foi no plano federal também, essa recuperação.

D.P. - E aquelas outras organizações que havia, Cooperativa Açucareira de Pernambuco... Tudo com o IAA foi extinto? Ou elas continuaram existindo?

J.M. - A Cooperativa foi fundada, se não me falha a memória, pelo governo de Estácio Coimbra, e continuou, mas não tinha uma assistência maior não. Depois, com o Instituto do Açúcar e do Alcool, realmente começaram a fazer o entrosamento, e a assistência foi grande.

D.P. - Tinha aquela Sociedade Agrícola de Pernambuco, não é? Continuou existindo?

J.M. - Tinha. Isso tudo continuou existindo. A Associação dos Fornecedores de Cana, também, estava se organizando. Havia até uma associação, se não me engano, dos banguzeiros. Naquele tempo havia muito engenho banguê em Pernambuco. Mas tudo girava, realmente, em torno do açúcar aqui em Pernambuco...

D.P. - E havia muita divergência entre os banguzeiros e os usineiros?

J.M. - Houve. Mas houve maior entre os fornecedores de cana e os usineiros. Então houve uma campanha muito séria aqui no estado, porque os fornecedores de cana queriam uma tabela oficializada de cana para fornecer a cana.

D.P. - E isso foi em que período?

J.M. - Isso foi no período de 33 para 34, sobretudo 33. Essa campanha tomou muito vulto, e o coroamento desta campanha foi o próprio Carlos de Lima, que era usineiro, que baixou um decreto fixando o preço da cana. Isto aí foi, realmente, uma preocupação. Depois, então, se verificou que realmente não havia competência a rigor no governo estadual para essa fixação, e o presidente Getúlio Vargas aprovou esse decreto. Então a situação melhorou, acalmou muito, a divergência que havia... ficou sempre, porque sempre há.

D.P. - E os banguzeiros?

J.M. - Os banguzeiros ficaram à parte desse movimento...

D.P. - Os banguzeiros eram plantadores, mas moíam...?

J.M. - Geralmente moíam a própria cana.

D.P. - Quer dizer que eles moíam e davam para a usina para...

J.M. - Não. O banguzeiro plantava a cana e moía no seu engenho banguê. Fazia o chamado açúcar mascavo, eu penso, de maneira que para este não havia fornecedor - havia excepcionalmente -, e esta parte corria bem.

D.P. - Quer dizer, esse açúcar não concorria muito com...?

J.M. - Não. Não concorria porque era uma faixa mais modesta, vendia-se mais pelo Sertão... Até se dizia que os banguzeiros tinham uma situação melhor economicamente que os fornecedores por isto: moíam a própria cana. Este era um dos argumentos dos fornecedores, dizendo que os usineiros não estavam pagando o preço devido.

D.P. - E na realidade será que era isso mesmo, quer dizer, os banguzeiros tinham melhor situação?

J.M. - Parece que tinham.

D.P. - E como é que ficou a situação do açúcar na formação do IAA?

J.M. - O IAA foi atuando muito bem, foi entregue a um homem que considero que era uma figura de muita inteligência, o Leonardo Truda. Pode-se dizer que ele foi o fundador do Instituto, deu as linhas mestras. Foi uma atitude muito feliz do presidente da República. Ele era um homem do Rio Grande do Sul, mas compreendeu bem o problema e procurou fazer o mecanismo que era próprio da época: armazenava um pouco do açúcar, comprava um exportável chamado lote de sacrifício, estes mecanismos assim, e isentava o governo do estado do imposto de exportação. Daí, então, ficava somente o açúcar necessário para o mercado interno, para o preço ser suportável, não é? Em 1933 houve uma operação inédita para Pernambuco, o governo federal emprestou trinta mil contos ao governo do estado. Era considerado uma cifra relevante e equivalente... talvez superasse 50% da arrecadação do estado. O governo federal já estava começando a ajudar os estados... Um fato importante em 33 foi isto.

D.P. - Sei que, um pouco antes, o problema do álcool... Era colocado o álcool-motor como excedente do açúcar, e havia uma campanha muito grande na seca... Logo quando o Carlos de Lima assumiu, havia uma campanha enorme de incentivo ao... Continuava nesse período? O senhor lembra?

J.M. - Exatamente, em 31, 32, já se consumia álcool aqui nos automóveis.

D.P. - Posição nacionalista e tal?

J.M. - Posição nacionalista etc...

D.P. - E atingiu só Pernambuco? Ou o senhor acha que foi uma coisa mais nacional?

J.M. - Eu acho que atingiu um pouco Alagoas, porque também era muito ligado à indústria canavieira. Mas então, realmente, o Carlos de Lima pediu ao presidente da República para isentar do imposto de consumo o chamado álcool-motor... Mais adiante apareceu até...

D.P. - Os usineiros concordaram com essa posição do...?

J.M. - Concordaram.

D.P. - Porque para eles interessava?

J.M. - Interessava.

D.P. - Plantador? Todo mundo?

J.M. - Todos e correu até bem. Apareceu então o que chamavam USGA.

D.P. - É. USGA e gasolina.

J.M. - Exatamente. A USGA era Usina Serra Grande em Alagoas, mas os proprietários eram pernambucanos, do *Diário Pernambucano*, e isto teve um consumo bem razoável aqui.

D.P. - Quais eram os proprietários?

J.M. - Era a família Lira, que era proprietária do *Diário de Pernambuco* naquela época, e eles eram proprietários da Usina Serra Grande também. Eles eram ricos, homens ricos e intelectuais - um deles era diretor do jornal - e até fazia oposição a Carlos de Lima. O *Diário de Pernambuco* fez oposição a Carlos de Lima desde uns cinco, seis meses de governo. Mas essa parte do álcool-motor foi unânime, [inaudível] era nacionalismo, tudo correu bem. Da parte do governo federal poderia ter havido maior entusiasmo. Não houve, eu acho, porque as comunicações eram mais difíceis, também o número de automóveis no Brasil era pequeno. Então essa situação...

D.P. - Aí em 33, quer dizer, começa o governo central ajudando efetivamente o açúcar?

J.M. - É. Começa ajudando. Colocou o Banco do Brasil à disposição do IAA, e o Banco do Brasil fazia [inaudível] etc... E todo esse mecanismo não havia antes, porque antes - isto pode até não interessar - o pessoal chamava de "os açucareiros"; os açucareiros eram os armazenários de açúcar, estes é que faziam o financiamento do açúcar. Havia até uma firma aqui de muita projeção. Há descendentes deles aí, são pessoas importantes aqui, pessoal de muita categoria. Havia uma firma Mendes de Lima e Cia. Eles eram produtores do açúcar que tinham uma usina, mas eram financiadores de usinas e eram, também podíamos dizer, açucareiros, além de outras atividades que eles tinham, porque compravam grande quantidade de açúcar. Então o que acontecia era o seguinte...

D.P. - Essa firma existia desde...?

J.M. - Essa era antiga, era muito antiga. Era uma firma que, nessa época, já tinha, eu acho uns vinte anos mais ou menos. O que acontecia com o açucareiro - como com todo comerciante - é que ele comprava o açúcar para jogar com o preço, e então isso, às vezes, era muito ruim para os usineiros, porque quando o açúcar subia, já estava na mão...

D.P. - Quer dizer que o grupo principal de armazenar era nessa firma?

J.M. - Era a mais forte de todas, era a maior, era incontestavelmente a mais forte, era, talvez, a mais poderosa do Nordeste - incluindo, talvez, a Bahia como Nordeste. Porque eu não considero a Bahia Nordeste. [riso] Cá para nós, não era Nordeste; de uns tempos para cá passaram para Nordeste por causa da Sudene. [riso] Até parte de Minas Gerais é

Nordeste, imagine você! Isto a gente está vendo que é prestígio de bancada. É o velho prestígio de Minas Gerais, que tem uma força que não há quem possa com o prestígio de Minas Gerais. É uma coisa! Todas essas situações que eu conheci, neste Brasil... Eu vou lhe dizer uma coisa: eu, com 14 anos, era um homem identificado com uma porção de coisas do Brasil porque comecei a me preocupar com isso de uma maneira... Eu vivia na biblioteca pública. Naquela época não havia... Eu recebia os jornais do Sul. Eu queria ler as mensagens presidenciais, as mensagens do governador de São Paulo e Minas Gerais. Porque eu sabia que lá é que estava a força do Brasil. Então eu vivia ali dentro e procurava observar essas coisas. Não é que eu... Mas era uma identificação que eu tinha com estes assuntos todos. Eu notava que Minas Gerais [inaudível] sempre teve uma presença muito grande no Brasil... E por isto consegue participar da Sudene [riso] e participar dos programas siderúrgicos do Brasil. Para isto agora mesmo tomou um empréstimo de um bilhão de dólares e tal... A Açominas...Conseguem tudo!

D.P. - E o grupo dos açucareiros, quer dizer, o Sul também...?

J.M. - O Sul não produzia açúcar.

D.P. - Campos...?

J.M. - A não ser Campos, pequena quantidade. Lembro que - aí é que eu digo - quando era menino de colégio, vi lá na chamada *Coreografia do Brasil*, de Veiga Cabral - isto foi uma coisa que me marcou muito e até me empolgou muito porque eu era um pernambucano muito exaltado em Pernambuco, muito... -: "Pernambuco produz 2/3 do açúcar do Brasil." Isto para mim foi muito interessante, e era a situação real naquela época. Pernambuco produzia 2/3 do açúcar, era um comando absoluto. Foi esta situação que a Revolução de 30 encontrou, portanto o IAA foi muito voltado para Pernambuco, muito mesmo, tinha que ser. Minas Gerais tinha lá também seus banguês.[risos]

D.P. - Mas alegaram muito a concorrência com o Sul, não é? Porque o Sul é que fixava o preço...?

J.M. - Sim, realmente. O preço do açúcar sempre foi, o que eles dizem, "preço político", porque no momento que o IAA entrou - antes não havia preço, era situação de mercado comum, não havia intervenção do governo -, quando veio o IAA, então veio o chamado preço do IAA, então quem fixava o preço era o Sul. Porque o Truda era um homem que estava ali, junto... Basta dizer que sendo o açúcar do Nordeste, o IAA era no Rio de Janeiro, então ele sofria aquelas influências. E a coisa foi tão engraçada, que no preço do açúcar havia dois preços: um, o nacional, podíamos dizer nacional; o outro, que era o açúcar para o Rio de Janeiro, que era duzentos réis por quilo mais barato porque o carioca queria comer o açúcar mais barato, e o carioca tinha uma força muito grande no Brasil. O Rio de Janeiro tinha uma força muito grande. Então havia esta coisa que era engraçadíssima: o maior poder aquisitivo do Brasil que era, naquela época, incontestavelmente e ainda hoje...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.M. - Olhe, mas quando veio o IAA, havia uma crise no açúcar tremenda, porque havia uma crise mundial. Então pegou Pernambuco... Superprodução de açúcar, houve recessão, aquela coisa toda, era uma situação difícil de levar.

D.P. - A exportação era feita onde? Quer dizer, por aqui mesmo, mas, por firmas...?

J.M. - É, por firmas, a Cooperativa...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.M. - Até se dizia, de brincadeira, que o carioca era o patrício romano, era nobre, tinha todas as regalias [riso]. Até o açúcar ele tinha que pagar mais barato. A exportação do açúcar se fazia através dos chamados açucareiros, dos armazenários. Com a fundação da Cooperativa, a Cooperativa começou a dirigir este movimento de exportação. Depois que veio o IAA, também a exportação ficou a cargo

da Cooperativa, mas o IAA era o superintendente, como até hoje é: ele determina as cotas e tal.

D.P. - Mas mesmo assim, em 30 já era a Cooperativa quem se encarregava da exportação?

J.M. - Já. Um pouco antes de 30, porque já foi no fim: de 29 para 30 aparece a Cooperativa e já aí ela se encarrega de fazer a exportação, a grosso modo, não é? Porque havia liberdade de comércio, então, se alguém tivesse...

D.P. - Mas e a ligação da Cooperativa com esses armazenários?

J.M. - Bom, eles foram desaparecendo, com a Cooperativa eles foram desaparecendo.

D.P. - Mesmo essa firma Mendes Lima, ou não?

J.M. - Essa continuou. Essa não fazia só a parte do açúcar; era uma firma muito poderosa. Naquela época não havia a legislação bancária que existe hoje, nem esta estrutura bancária. Então Mendes Lima era, também, uma firma bancária, embora sem este caráter, mas ela fazia tais financiamentos que... não recebia depósitos, mas tinha recursos, fazia financiamentos: fazia para o açúcar e fazia para qualquer outra atividade. Eles eram muito poderosos. Ainda hoje é descendente o Jorge Batista da Silva, neto de Amorim, que era o chefe [inaudível]. Os portugueses, com os ingleses Chau, dividiam essa parte até mais bancária dos ingleses, tinham experiência bancária. Uma firma muito conceituada. Bem, então, aí, os armazenários desapareceram até rapidamente. A Mendes Lima não, porque tinha outras atividades. Esta parte de açúcar então é o seguinte...

D.P. - E a concorrência com Campos?

J.M. - A concorrência com Campos não preocupava, não preocupava, de maneira que, somente, realmente, depois de 45, vamos dizer mesmo a verdade, 46, foi que São Paulo apontou, produzindo açúcar e apontou violentamente, até chegar a esta situação de hoje em que eles estão produzindo quase 60% do açúcar do Brasil e tomaram a dianteira. [inaudível] Pernambuco então era isto: era o açúcar, algumas fábricas de tecido, o algodão. Com o algodão nunca houve maior preocupação do governo federal nem estadual. Em 1935 Carlos de Lima tinha um secretário da Agricultura muito inteligente, dr. Paulo Carneiro. Este homem, então, resolveu fazer uma campanha para melhorar o

plantio de algodão em Pernambuco, com algum êxito, e eu creio que nós atingimos o máximo da produção de algodão de Pernambuco, naquele ano. Coincidiu, então, com o aparecimento da Sanbra¹ e da Anderson Clayton. Estavam se instalando aí... Economicamente era isto, não havia mais... que eu me recorde assim... A própria mamona não tinha expressão...

D.P. - E a indústria do tecido?

J.M. - Indústria de tecido havia. Havia algumas fábricas detecidoe andavam bem, foram se instalando algumas - umas já existiam, outras foram se instalando. Foram caminhando de acordo com as circunstâncias.

D.P. - E no período de Agamenon propriamente dito, por exemplo, o problema do Sertão...?

J.M. - Ele se voltou muito para o Sertão porque era homem do Sertão, e procurou dar estrada de rodagem para o Sertão... e procurou, também, fazer obras de açudagem... procurou interiorizar a saúde pública com o Hospital de Serra Talhada, postos de saúde; criou o Instituto de Educação no Sertão e no interior do estado todo. Em relação à economia, o Agamenon sempre se bateu muito perante o presidente Vargas para um preço que se dizia o preço mais justo para o açúcar.

Nessa época era presidente do IAA Barbosa Lima Sobrinho, que era amigo pessoal de Agamenon Magalhães e era um homem ilustre [inaudível]. Houve aqui então, em 42, 43, uma outra trepidação na área do açúcar, foi o chamado Estatuto da Lavoura Canavieira, que foi iniciativa do presidente do IAA, naquele tempo, Barbosa Lima Sobrinho. Ele, então, criou a chamada cota do fornecedor, cota de usina, e ampliou o direito dos fornecedores. Então, como é natural, o pessoal de usina reagiu um pouco. O Agamenon apoiou Barbosa Lima em todas as providências. Por mais esforço que se fizesse para preço melhor, era difícil. Aconteceu que, com a guerra, difícil era exportar por causa dos submarinos, mas havia maior procura de tudo no país. Então o açúcar ficou num preço razoável e não houve o problema de escoamento de safra, que era um problema que atormentava muito a economia do estado. O maior esforço do IAA era o escoamento de safra, era um problema, e Pernambuco teve uma situação econômica muito tranqüila. Não é preciso dizer que quando há guerra, realmente o país que está fora da guerra, como foi, na primeira fase, o Brasil, que não entrou e, mesmo depois de entrar, como não houve guerra local - o país não foi atingido no território -, a economia foi muito ativada, muito estimulada e cresceu. E aparece o chamado sucedâneo, o substantivo de importação, porque não podendo importar, vai aparecendo, de maneira rústica, mas vai aparecendo sempre.

D.P. - E o Agamenon com o governo central, quer dizer...?

J.M. - Ia muito bem. Ele ia muito bem e era muito respeitado.

D.P. - Quer dizer que, durante o período todo, o senhor acha que não teve nenhuma divergência?

¹ Sanbra: Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A.

J.M. - Não. Divergência mesmo não. Só ocorreu nessa campanha o bem, e uma prova disto é que em 45 ele o convidou para o Ministério da Justiça, quer dizer que estavam dentro do mesmo pensamento político.

D.P. - E a oposição aqui em Pernambuco nesse período?

J.M. - A oposição não aparecia, porque...

D.P. - Era, assim, um grupo mais estruturado, qualquer coisa assim?

J.M. - Não se observava não. Naturalmente havia algumas pessoas de que se sabia que eram da oposição, faziam oposição. Mas, para dizer a verdade, da parte do governo eu não notava nenhuma preocupação não, eu, pelo menos, não observava. Não sei se porque o meu setor é um setor, vamos dizer, que diz respeito à economia, eu não observava nenhuma preocupação em relação à oposição. E o governo - eu sou suspeito para dizer - se conduzia muito bem, embora fosse um governo forte, como se diz, mas se conduzia mais ou menos bem, de maneira que não havia, assim, um mal-estar mesmo, não havia queixa. Havia dificuldades motivadas pela guerra e um mal-estar resultando, também, daí. Porque, depois, havia aquela preocupação de ataque submarino etc, as famílias se inquietavam, mas, por isto mesmo, talvez, a oposição aí não podia... Porque o governo e o povo aí se entenderam, não é? Sempre quando há uma ameaça externa, então esses ressentimentos internos desaparecem ou diminuem muito. Somente quando a Alemanha entrou em declínio evidente, em fins de 45, é que a oposição foi se reacendendo. Aí já se notava um movimento maior da oposição e já se sabia que havia até reuniões etc. Afinal de contas, quando foi fevereiro de 45, isso veio mesmo a público com o movimento que precedeu a organização da UDN e depois a própria formação da UDN. Aí a oposição ficou mesmo forte, ficou mesmo dura, acerba, política etc. e teve como principal tema - era natural - não haver liberdade... Um tema que, realmente, tem muita repercussão popular, não é?

D.P. - E aquela campanha contra o mocambo do governo de Agamenon?

J.M. - O governo de Agamenon Magalhães era voltado para as chamadas classes menos favorecidas - para usar uma expressão muito usada naquela época. Ele mandou fazer um inquérito sobre o mocambo e, depois deste inquérito, ele soube que havia quarenta mil mocambos no Recife e foi ver se era possível equacionar o problema e entrar num combate sério a isso e fez. Então ele começou, procurando tirar o mocambo das áreas mais próximas do Centro. Nestas mesmas áreas construíram as chamadas vilas, chamada antigamente Liga e depois Serviço Social contra o Mocambo. Esta campanha foi mais ou menos bem-sucedida e terminou por chegar até o presidente da República. Getúlio Vargas tomou conhecimento da campanha e até prometeu ajudar, mas nessa época o governo federal ajudava pouco os estados. Mas, de qualquer forma, a campanha continuou a ponto de na primeira Constituição estadual já se determinar que uma verba do orçamento deveria ser para o Serviço Social contra o Mocambo [inaudível], embora fosse muito difícil tirar o mocambo de uma área pobre como aquela. Bom, nisto o governo estava certo. Extinguir o problema era muito difícil, porque aquilo era um sintoma de extrema pobreza, e era preciso, então, ir às causas, e as causas eram o pauperismo mesmo. Mas naturalmente nesta campanha contra o mocambo houve também choques. Choques e incompreensões foram naturais mas não foram, assim, de grande repercussão.

D.P. - E a imprensa, no período?

J.M. - A imprensa da campanha?

D.P. - Não. Estou dizendo a imprensa de um modo geral, a pernambucana. Quais os jornais que mais apoiavam Agamenon?

J.M. - Apoiaram.

D.P. - Quais os jornais dessa época?

J.M. - O *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comércio* e o *Diário da Manhã*.

D.P. - E continuava o *Diário da Manhã*? O *Diário da Manhã* de Carlos de Lima foi extinto, não foi?

J.M. - É, foi extinto. Chamava-se *Folha da Manhã*.

D.P. - O *Diário da Manhã* foi extinto, quando ele saiu?

J.M. - É. Depois que ele saiu, desapareceu de circulação, depois voltou à circulação de uma maneira muito esporádica, não fazia presença. A *Folha da Manhã* fundada um pouco...

D.P. - Quais eram, nessa época, os jornais mais importantes?

J.M. - *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Comércio* e *Folha da Manhã*.

D.P. - *Folha da Manhã* era de quem?

J.M. - *Folha da Manhã* era do próprio governador, do interventor Agamenon Magalhães. O *Diário de Pernambuco* já era do Associados nessa época. O *Diário de Pernambuco* passou a Associados, se não me engano, em 32 ou 31, quando o Getúlio [inaudível] no poder.

D.P. - Ele, antes, era de quem?

J.M. - Da família Lira, da qual lhe falei a pouco, os usineiros. Eles eram pernambucanos, mas eram usineiros em Alagoas, quando houve a aquisição do *Diário de Pernambuco*, houve aquela coisa também, o pessoal estranhou, mas fez-se, não houve mais nada; só divergência lá dentro do jornal. Houve divergência dos redatores que saíram...

D.P. - Esse jornal de Lira estava em oposição a Carlos de Lima ou não? Continuou em oposição?

J.M. - Continuou. Com Chateaubriand continuou.

D.P. - O *Jornal do Comércio* sempre nas mãos dos Pessoa de Queirós?

J.M. - Sempre nas mãos do Pessoa Queirós, nunca saiu das mãos dele, foi fundado por ele e é mantido até o fim.

D.P. - A *Província* de Estácio Coimbra se extinguiu?

J.M. - Circulou...

D.P. - Ele resistiu até quando? Depois da revolução, ele acabou, não é?

J.M. - Depois da revolução, acabou. Ele circulou no governo do Estácio Coimbra, era um jornal até editorialmente bem-feito. Agora, tenho a impressão de que a tiragem não era grande, mas era muito bem-feito editorialmente com a colaboração do povo. Fazia a defesa do governo. Porque o *Jornal do Comércio* de dizia independente, embora fizesse mais a defesa do governo. O *Diário de Pernambuco* aliou-se à Aliança Liberal, passou a fazer oposição. E o *Diário da Manhã* fazia uma oposição violentíssima.

D.P. - Quer dizer, na época de Agamenon, todos os três jornais importantes lhe davam apoio. O *Diário de Pernambuco*... E aquele *Jornal Pequeno*?

J.M. - O *Jornal Pequeno* existia também antes...

D.P. - Esse continuou?

J.M. - Continuou.

D.P. - E qual era a posição dele?

J.M. - Também não fazia oposição.

D.P. - Estava na mão de quem, o *Jornal Pequeno*?

J.M. - Na dos Gibson, a família Gibson. O *Jornal Pequeno* passou a fazer oposição ao governo também a partir da fundação da UDN.

D.P. - Tinha o *Jornal do Recife* também, não é?

J.M. - O Jornal do Recife realmente era um jornal que até tinha muito conceito e que tinha um largo espaço de tempo fundado. Mas houve uma coisa curiosa: depois da Revolução de 30 - ele até que se bateu pela Revolução de 30 -, foi diminuindo a tiragem e entrando em dificuldades e terminou desaparecendo.

D.P. - Logo depois?

J.M. - Não foi logo depois, mas não durou muito tempo. Porque naquela época até 30, havia muitos jornais. Eram jornais de situação menor, mas que tinham circulação, como *A Rua*, *A Notícia*. Jornais que duraram três, quatro anos; desapareciam dois, três anos; ora combatiam o governo; outra eram a favor do governo. Naquela época era mais fácil tirar um jornal e tirar da circulação também, porque as exigências eram menores. Essa parte gráfica era mais simples, embora feita de uma maneira mais rústica, mas tirava ali

qualquer coisa, o papel era mais acessível, mais fácil de comprar. Hoje tudo isto é muito difícil, exige muito capital... A situação da imprensa então era esta mesmo.

D.P. - Mas voltando ao Sertão, quer dizer, Agamenon incentivou muito a pequena propriedade, cooperativas?

J.M. - É. A Cooperativa ele incentivou muito. Estimulou muito o cooperativismo, o diretor do cooperativismo aqui era Costa Porto, que era um homem que entendia, muito interessado, foi muito estimulado. Chegou até a haver aqui no Recife a Cooperativa dos Horticultores, que controlava totalmente a venda de verdura aqui no Recife. Isto objetivou muita disputa, diziam que isto fez subir o preço da verdura...

D.P. - E a ligação dele, assim, política com o Sertão?

J.M. - Aí era total, porque todos aqueles chefes políticos do Sertão estavam com ele, quase todos, todos é exagero. Esta situação no Sertão continuou depois que veio a chamada redemocratização: ele manteve o controle do Sertão... não só do Sertão, mas mesmo no Agreste ele tinha uma participação política muito intensa.

D.P. - Quer dizer que quando ele voltou, quando se elegeu governador, o maior poder dele foi no Sertão?

J.M. - Quando se elegeu governador quem contribuiu muito foi o Sertão realmente, parte do Agreste e o que se chamava Poeira. O pessoal da área pobre do Recife deu uma participação, também, bem interessante à eleição dele. Porque aqui, realmente, nas zonas mais ricas da cidade, elas estavam quase todas, em grande parte, vinculadas mais à UDN - União Democrática Nacional.

D.P. - E a chamada política coronelista [risos], os coronéis, como é que continuou?

J.M. - Continuou. Isso daí...

D.P. - O filhotismo... Isso mesmo que eu acho: uma das causas por que a oposição se batia muito em 30 era acabar com essa política de filhotismo...

J.M. - Exato. "Representação e Justiça"... Não se pode negar que uma coisa a Revolução de 1930 trouxe: o voto secreto. O voto secreto era livre mesmo, quer dizer, todas as eleições a que eu assisti depois de 30 aqui eram libérrimas, inteiramente livres. Essas do governo... nas primeiras, então, o pessoal nem conhecia, vamos dizer, a sistemática eleitoral porque antes de 30 a eleição não existia. Quando em 1930 houve a chamada eleição do candidato de Washington Luís, que era Júlio Prestes, e de Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, eu verifiquei o seguinte: a participação do povo na eleição era nula. Eu, nesse tempo estudante, fui a uma seção eleitoral no grupo Manuel Borba para ver a votação e vi, então, que a eleição era pelo voto a descoberto e ela traduzia muito pouco: votavam os funcionários públicos, ninguém era eleitor, meus parentes mais velhos nenhum era eleitor. Ninguém queria ser eleitor nem se interessava por isto; mas com o voto secreto não: o pessoal veio para o alistamento. Veio o alistamento feminino, e, muito mais adiante, baixaram a idade para 18 anos, o que também aumentou muito o eleitorado, e as eleições realmente foram livres. Agora, o que acontece é o seguinte: quando eu digo libérrimas é porque, quando não havia a

influência do coronel, cada um votava em quem queria. Agora, quando havia a influência do coronel, o coronel tinha o prestígio, ele encaminhava aquele pessoal dele para votar. Não se podia dizer que fosse uma coação, não. O negócio é que ele tinha a situação na mão através de benefícios que ele fazia. O homem do interior é um homem muito simples, então procura o chefe mesmo para se aconselhar, recomendar, e, assim, ia se formando o chamado eleitorado decabresto. Sempre houve e continuou havendo. Agora, a gente nota que está diminuindo muito. Então nós podemos dizer que no interior realmente, a não ser nas cidades melhores, a eleição era dirigida pelos coronéis, mas aqui no Recife, nessas cidades próximas, a eleição era inteiramente livre, o pessoal ia pelas ruas, votava. Esta coisa, realmente, a Revolução de 30 trouxe.

D.P. - Quais os municípios em que Agamenon tinha mais apoio no Sertão?

J.M. - Um deles era Serra Talhada, que era terra dele, mas posso citar logo: Floresta, Salgueiro, São José do Egito, Sertania, Petrolina, toda a área franciscana ali de Maria da Boavista, Cabroró, Oricuri, Exu...

D.P. - Por exemplo, essa política voltada para o Sertão, não trazia divergências com o pessoal do açúcar? Ou ele fortalecia bastante?

J.M. - Não. Não trazia, porque o Sertão era só algodão.

D.P. - Ele estimulou muito a pequena propriedade no Sertão, não é?

J.M. - Sim, sempre. A pequena propriedade é uma coisa que ele achava simpática e procurava estimular. Procurava ver se o crédito chegava um pouco mais à pequena propriedade também. Isto dentro do quadro da época, porque os recursos eram muito pequenos e o Banco do Brasil, que era o agente financeiro do governo federal, não tinha ainda as condições que tem hoje, nem o recurso, nem o aparelhamento. De maneira que o estado ia fazendo aí alguma coisa que era possível.

D.P. - Quando Agamenon foi eleito, o senhor teve participação também no governo?

J.M. - Não. Quando ele foi governador eu... Na ocasião em que ele foi deputado federal eu também fui, mas eu não me reelegi. Eu voltei para o meu cargo efetivo, consultor-geral do Estado, que é o cargo que exerço hoje. Eu não participei mais diretamente do governo. Mantivemos relações políticas de amizade etc. Porque eu era do PSD, não era do diretório, mas entrei para o diretório. Porque eu não quis ser do diretório do PSD - depois foi que entrei... Mas não tive participação no governo. Aí o governo foi formado, também, na base quase toda política, o que é natural. O governo dele, infelizmente, foi um governo que não se concluiu, foi um ano e pouco. Ele faleceu subitamente. O governo botou [inaudível] PSD porque Etelvino Lins, que era do partido, foi eleito. Houve, no momento, uma composição no estado, até a UDN participou desta composição, para não haver luta política no meio do mandato porque seria prejudicial ao estado. Aí voltei para cargo do governo porque, aí, eu fui prefeito.

D.P. - O senhor foi prefeito?

J.M. - Fui.

D.P. - Em que período?

J.M. - Fui prefeito de dezembro de 52 a janeiro de 55. Havia a Câmara Municipal, que tinha 25 vereadores nessa época, e, se não me falha a memória, o PSD só tinha quatro ou cinco vereadores. Não obstante, eu tinha maioria na Câmara dos Vereadores. Tinha maioria porque, então, eu fui me compondo com os vereadores. A Câmara dos Vereadores não me criou dificuldade nenhuma. Foi um período um pouco agitado, porque, logo depois, começaram a falar na sucessão e houve a campanha do Carlos Lacerda no Rio, que terminou na morte do major Rubens Vaz, e Carlos Lacerda saiu, também, ferido nessa ocasião. E veio aquela situação que terminou com Getúlio renunciando, ou melhor, se suicidando. Tudo aquilo influenciou muito. Como o governador da época, Etelvino Lins, era um dos que se opunham à direção política que vinha sendo observada no governo federal, o governo local aqui ficou, então, muito desprotegido do governo federal. Nessa época, então, já se falava muito sobre se o governo federal devia ajudar ou não devia ajudar, e que o governo federal não ajudava. A situação em Pernambuco se agravou nessa parte, Pernambuco ficou fora de qualquer ajuda federal. Eu me recordo, como prefeito, que as dificuldades eram grandes, por exemplo, para comprar caminhões apropriados para a limpeza pública. Naquela época, o Brasil não tinha ainda indústria automobilística, eles tinham que ser importados, então isto precisava ser feito através da Cacex. A Cacex era do governo federal, ali só liberava de acordo com as suas conveniências, demorava e tal... muitas dificuldades. Mas, apesar disto, eu consegui comprar, e o quadro de limpeza pública se manteve bem durante muito tempo. O Agamenon costumava usar muito esta expressão: "Usar a prata da casa; costurar com suas próprias linhas." Ele usava muito bem. Bem, uma coisa, também, muito interessante com Agamenon Magalhães que vale a pena notar, é o seguinte: o secretário de Agricultura de Agamenon Magalhães, Apolônio Sales, foi quem teve a lembrança do aproveitamento da cachoeira do Paulo Afonso para energia elétrica e conseguiu, então, que o Agamenon também se empossasse com esta idéia. Depois o Apolônio Sales foi fazer parte do ministério de Agricultura do Getúlio Vargas, o que é uma prova, também, do prestígio que tinha o Agamenon junto ao presidente da República. Então o Apolônio levou isto para o governo federal e conseguiu célebre decreto que criou a CHESF e, vamos dizer, institucionalizou a energia de Paulo Afonso que, depois, o presidente Dutra [inaudível]. Um mês ou dois depois, o Getúlio saiu do governo, houve o chamado golpe de 45.

D.P. - Como foi a campanha da redemocratização aqui?

J.M. - Foi uma campanha muito áspera, muito violenta de parte a parte, felizmente sem maiores conseqüências, mas em matéria de imprensa e de comércio foi violenta.

D.P. - E, nessa época, quais as lideranças que apareciam mais aqui?

J.M. - As lideranças aqui eram João Cleofas da UDN... João Cleofas e Carlos de Lima.

D.P. - João Cleofas e Carlos de Lima?

J.M. - Os dois eram da UDN. O PRP manteve-se um pouco independente. Era Eurico Sousa Leão.

D.P. - Havia sido chefe de polícia de Estácio Coimbra?

J.M. - É, de Estácio Coimbra. Ele manteve-se um pouco independente. Ele tinha umas certas simpatias por algumas pessoas do governo, e isso aqui é uma coisa que, vamos dizer, ele tinha uma inimizade pessoal com Carlos de Lima. Ele não podia se aproximar muito também... então ele resolveu ficar em uma terceira linha. Mas a luta foi travada entre o PSD e a UDN de uma maneira violenta, e havia um outro partido: o Partido Democrata Cristão, do padre Câmara, o PDC. Este também ficou em uma linha independente.

D.P. - A favor da democratização...?

J.M. - A favor da democratização, porém independente; como o PRP também ficou a favor da democratização, porém independente.

D.P. - O PRP também?

J.M. - O PRP também. O Partido Social Democrático, então, defendia a linha do governo; apareceu, também, o PTB que foi fundado aqui e pretendia justamente penetrar nas áreas populistas chamadas áreas do operariado etc. O pessoal do PTB aqui, de uma maneira geral, não tinha muita projeção não, se organizou, aí, num quadro, assim, modesto e tal. Nessa ocasião o Partido Comunista foi legalizado [inaudível]. Veio também o PST e este, também, veio violentamente para as ruas - violentamente em termos de propaganda.

D.P. - Quer dizer que praticamente o PSD formava um bloco sozinho contra?

J.M. - Sozinho, perfeitamente. De maneira que aí se seguiram muitos ataques ao governo, era natural...

D.P. - Nessa época quem era a liderança principal do PSD?

J.M. - Agamenon Magalhães, que era o chefe do partido, e Etelvino Lins; Novais Filho também, Osvaldo Lima.

D.P. - Novais Filho foi prefeito, não é?

J.M. - Foi prefeito durante todo o período do Agamenon. Osvaldo Lima também. A liderança era Agamenon, mas todos esses...

D.P. - E havia violências de rua mesmo?

J.M. - Bem, havia exaltação, exaltação de rua havia; tanto na capital como no interior, mas principalmente na capital, não é? Mas a coisa foi assim e continuou sem maiores conseqüências. Inclusive a imprensa era livre, inteiramente livre, estava-se numa situação de pós-guerra também, e tudo isto trazia uma certa...

D.P. - E a imprensa como estava se manifestando nesse período?

J.M. - A imprensa era... quer dizer, a não ser a *Folha da Manhã*, todo o resto era contra o Agamenon.

D.P. - Ah, é? A imprensa também era contra o Agamenon nesse período?

J.M. - Toda ela fazia oposição. A não ser a *Folha da Manhã*.

D.P. - Em termos, digamos, dos setores sociais, dá para fazer uma divisão se o usineiro estava a favor? Ou isto é, realmente, meio difícil?

J.M. - É difícil. Mas os usineiros, de uma maneira geral, estavam na UDN. Havia muitos que não se interessavam muito, mantinham-se, assim, afastados, mas de uma maneira geral os usineiros estavam na UDN. Porque além de... O que eu digo aí, é, por exemplo: Cid Sampaio, quer dizer, a família Sampaio naquela época, era mais o Alde Sampaio, que foi candidato a deputado, se elegeu etc. e tal, usineiro da UDN; João Cleofas era usineiro [inaudível]; o dono da usina Catende, chamado Senhor Tenente, homem aqui muito estimado, era uma pessoa da UDN e outras mais ali. Até se dizia um pouco mesmo que os ricos eram da UDN; [riso] que o PSD em mais de classe média. Se dizia muito isto, e parecia que era mais ou menos assim.

D.P. - Em termos de pessoas, quem participou do governo de Agamenon? Tinha membros que tinham sido do governo de Carlos de Lima ou, de um modo geral, houve uma modificação completa?

J.M. - Completa. Completa modificação.

D.P. - Não ficou ninguém?

J.M. - Do governo de Carlos de Lima não ficou ninguém, ninguém, ninguém. O secretariado foi inteiramente novo, o prefeito novo, as prefeituras do interior também foram todas... Não ficou ninguém... nada, foi inteiramente modificado. Carlos de Lima foi nomeado embaixador, afastou-se do estado, só voltou em 45. Pediu demissão da embaixada e voltou para fazer a campanha.

D.P. - E só voltou em 45?

J.M. - Só voltou em 45. De maneira que os líderes eram esses.

D.P. - Quer dizer, a oposição era Carlos de Lima...?

J.M. - E João Cleofas. Eles dividiam a oposição. Havia um outro aí, também, Severino Mariz, naquela época. Depois ele desapareceu daqui. Naquela época houve uma participação assim...

D.P. - E quem era a liderança do PDC?

J.M. - Padre Arruda Câmara. Padre Arruda Câmara exerceu uma liderança incontestável no partido dele, era um homem que tinha muitas qualidades de líder e era um homem combativo, muito combativo.

D.P. - O Padre Arruda Câmara foi ligado ao Agamenon?

J.M. - Durante o Estado Novo ele mantinha boas relações com o Agamenon. Depois houve divergências, porque na candidatura Barbosa Lima, Padre Câmara ficou com Neto Campelo, e o PSD lançou Barbosa Lima. Porque aí, logo depois, em 46, houve uma dissidência muito grave no PSD com a divergência de Novais Filho. Ele saiu do partido e levou com ele Neto Campelo. Neto Campelo era uma pessoa muito amiga dele, não tinha a projeção que tinha o Novais Filho, mas Neto Campelo conseguiu ser ministro da Agricultura no governo Dutra. Acho que foi indicação até do Novais, porque ele era senador nessa época. Depois, quando se falou em sucessão em Pernambuco, Agamenon tinha um candidato já lançado antes, muito antes de haver eleição para a Assembléia Constituinte, e havia sido lançada pelo PSD a candidatura de Barbosa Lima Sobrinho [inaudível], e aí Agamenon manteve a candidatura. E foi justamente por isto, porque o Novais achava que devia haver um reexame da situação, porque havia a Constituição, havia isso, aquilo outro... Aí o Agamenon disse: "Não, a candidatura está mantida." Ele, aí, divergiu e lançou, nessa época, Neto Campelo, que contou com o apoio da UDN. A UDN veio toda, e veio o Padre Câmara. Agora, os outros partidos, como o PRP... estes não tiveram assim...

D.P. - O PRP era liderança ainda no antigo PRP, o Sousa Leão?

J.M. - É. Ele se manteve sem maior interesse na sucessão propriamente dita. Houve eleição, terminou sendo proclamado, diplomado governador e empossado o Barbosa Lima Sobrinho. Depois - natural - essa situação de divergência do PSD se recompõe em parte. Mas aí o Novais Filho tinha ido para um outro partido chamado Partido Liberal,² que foi fundado por inspiração de Raul Pilla do Rio Grande do Sul, e ele se manteve no partido dele, embora depois entrasse em um entendimento com o PSD.

D.P. - Isso foi em 46?

J.M. - Isso não foi logo em 46, não. Isso foi depois que terminou o governo Barbosa Lima, ou melhor, essa aproximação dele ocorreu justamente com a eleição do Etelvino para governador. Houve um entendimento geral, o Agamenon tinha desaparecido, então o Etelvino ofereceu até, se não me engano, uma secretaria ao partido de Novais Filho e outra secretaria ao PDC, o partido do Padre Câmara. Compôs-se o governo mais ou menos nestes termos.

D.P. - Quer dizer que o final do governo do...?

[FINAL DA FITA 1-B]

J.M. - Tudo aqui se processou com muita calma, aguardou-se a nomeação do interventor, o desembargador José Américo, que deveria [inaudível]. Agora, daí por diante, entrou muito [inaudível] federal. Só ficava mesmo quem era político, todo mundo era político mesmo, para participar do governo tinha que ser político, fazer política e tal... E o PSD foi entrando... A vida partidária no Brasil não existia até certa data. O pessoal não tomava conhecimento nenhum de partido. Até mesmo nesse período, logo depois de 30, que houve o Código Eleitoral, a Constituinte etc, a vida partidária era muito fraca, fraquíssima. Depois, com o golpe de 37 acabou-se. Quando houve o restabelecimento em 45, então, aquilo foi, como se diz, engatinhando, não é?

² Na verdade, o depoente refere-se ao Partido Libertador.

D.P. - Dentro do governo, nessa campanha, não houve cisão nenhuma? Todo mundo estava unido em torno de Agamenon no final, em 45?

J.M. - É. Não houve cisão nenhuma.

D.P. - O secretariado...?

J.M. - O secretariado ficou todo firme, aí não houve nada mesmo.

D.P. - Todos ligados ao PSD?

J.M. - Todos ligados ao PSD. Eu tenho a impressão, por exemplo, que o secretário da Agricultura, o Manuel Rodrigues, deu a entender que não gostaria de fazer campanha política porque ele era agrônomo [inaudível], essa coisa e tal. Mas os outros todos admitiram: uns com mais entusiasmo; outros com menos, dependia. Gersino de Pontes era um homem já de idade, fazia política; Novais Filho também fazia política; esse, Etelvino... Os outros iam iniciar, eram iniciantes, mas admitiam... Agora, o governo de Agamenon dava muito acolhimento ao povo, aos sindicatos operários, recebia esse pessoal em palácio...

D.P. - Nessa época qual era o programa da sindicalização do operário?

J.M. - Nós tínhamos a impressão de que era livre. Não havia nada, os sindicatos funcionavam normalmente aí, e não houve movimento grevista. Não me recordo de nenhum movimento grevista, nem mesmo tentativa, não me recordo.

D.P. - No setor de cana, também não?

J.M. - No setor de cana, também não. Ah, não! Setor de cana, tranqüilo, absolutamente tranqüilo. No campo a tranqüilidade era total. Total mesmo! Nem se falava... Inegavelmente o proletariado aqui do Recife antigamente... Eu me lembro até de que, em tempo de faculdade, eu conheci o professor Joaquim Pimenta, que foi considerado aqui o líder, vamos dizer, socialista, como Cristiano Cordeiro. Este era considerado comunista. Creio que ele chegou até a ir a Moscou... não tenho certeza não. O operariado aqui era um operariado forte. Tinha seus pontos de vista e fazia reivindicações. Bem que fazia. Os que mais se destacavam era o pessoal da área portuária, do sindicato dos estivadores, que penso ser um dos mais antigos do estado e do Brasil, e o sindicato do pessoal da Tramways. Naquele tempo havia bonde, e os operários da Tramways, de vez em quando, faziam uma greve assim e tal. Eles tinham uma presença, mas não havia tumulto. Durante o Estado Novo, eles não criaram nenhuma dificuldade, mesmo porque o Getúlio Vargas ia marchando sempre com a legislação social: criou a Justiça do Trabalho, criou o salário mínimo e fixou o salário mínimo. Então parecia que o operariado não tinha maiores queixas e me parece que isto se confirmou adiante com a eleição dele em 50, não é? Porque ele contou, realmente, com essa área, quando teve a votação. Apesar da Constituição de 37 ser uma constituição forte chamada de democracia autoritária ou Estado autoritário, uma coisa assim, o operariado parece que não reclamava muito disso não. Era a minha impressão, pode ser que não fosse uma impressão fidedigna. E o Agamenon, como eu dizia, recebia os sindicatos, se informava do que estava ocorrendo, dava um grande apoio, dava mesmo apoio. Havia aqui uma área na qual havia uma divergência um pouco mais

acentuada, era na Paulista. A Fábrica de Tecidos Paulista, de vez em quando, entrava em uma divergência maior com o operariado ou o operariado com eles. Então o Agamenon dava um apoio muito grande ao operariado, mas dava mesmo, daí ter surgido Torres Galvão como um dos juizes aqui do PSD - ele era homem de origem operária, vamos dizer assim. A família Lundgren naquele tempo dominava a Paulista, naquele tempo era o império dos Lundgren. Eles, então, sentiam um pouco que o governo apoiava o operariado e respeitavam isso e até, depois, que veio a redemocratização, não se mostraram muito magoados não. Porque, como era de praxe na época, todos os partidos saíam em campo pedindo contribuição para fazer campanha. Precisavam, pois não havia fundo partidário, os custos eram altos, e eles contribuíam para todos os partidos, quer dizer, não mostravam queixas. Eles podiam dizer: "Este é o pessoal do PSD que veio do tempo do Agamenon..." Mas não.

D.P. - O pessoal da Paulista tinha divergências seríssimas com Carlos de Lima, não é? Carlos de Lima os acusa de terem mandado armas para defender o governo de Estácio Coimbra, não é?

J.M. - É. Realmente. Um dos Lundgren era deputado estadual no período de Estácio Coimbra, e então, realmente, essa coisa houve. Mas depois que o governo Carlos de Lima se instalou, isso foi desaparecendo, e eles não se preocuparam mais com essa coisa não. Eles eram realmente muito empresariais. Eles fizeram política, foram deputados estaduais, porque achavam que aquilo compunha um pouco também, mas eles eram mais empresariais.

D.P. - E o Joaquim Pimenta continuou no governo de Carlos de Lima, participando e...?

J.M. - Engraçado, com a Revolução de 30, Joaquim Pimenta foi chamado para o Ministério do Trabalho, não para ser ministro do Trabalho, mas criaram o ministério, e ele foi chamado para lá. Ficou colaborando lá e depois foi um nome que se apagou - mas apagou-se totalmente. Olha, quem conhecia o Pimenta que eu conheci aqui, um homem que falava, que atacava, atacava a burguesia, como se diz, também e tudo isso...

D.P. - Cristiano Cordeiro também depois...?

J.M. - Cristiano Cordeiro depois se retirou do estado, porque houve aquelas prisões que se seguiram ao movimento em 35, e terminou se retirando aqui do estado. Ele era um homem assim... não era de muita comunicação. Era um homem inteligente, tinha muita leitura, honrado pessoalmente, mas não era um homem de muita comunicação, não seria um homem assim para fazer uma grande campanha a favor das idéias dele. Era a minha impressão, eu até o estimava, o respeitava. Já o Luís Carlos Prestes, quando vinha a Pernambuco, incendiava... Isso aí... Ele via um negócio... Bom, sempre aqui, o Recife, Pernambuco, teve uma certa posição, sempre foi muito agitado. Costumo dizer o seguinte - isto é uma observação minha - : "Eu, até hoje, não vi uma revolução no Brasil vencer sem a participação de Minas Gerais e sem a participação de Pernambuco." [riso]

D.P. - São politicamente os dois estados...

J.M. - Até posso estar muito equivocado mas posso dizer o seguinte: a Revolução de 30 teve como eixo muito importante Minas Gerais, partiu da Aliança Liberal, que foi uma idéia de Antônio Carlos de Minas Gerais. Ele, em um golpe político, lançou... ele queria

ser o candidato à sucessão de Washington Luís. Washington Luís não o escolheu porque queria repetir São Paulo. Porque havia quase um pacto antes, parece brincadeira isso, mas havia mesmo: São Paulo vinha...

D.P. - É, em São Paulo a política do "café com leite", não é?

J.M. - É. "Café com leite". Eles se revezavam, isso é uma verdade. Qualquer coisa aí era uma coisa excepcional, como foi Epiácio Pessoa, porque morreu Rodrigues Alves. Mas, então, Washington Luís rompeu o acordo, queria ser sucedido por um paulista, Júlio Prestes. O Antônio Carlos, que era um grande político - era Andrada - desejava muito ser presidente da República, quando ele sentiu... Ele vinha fazendo uma administração muito boa em Minas Gerais, sobretudo sob o ponto de vista político porque lançou umas idéias avançadas politicamente para a época em Minas Gerais. Então viu logo que sozinho era pouco e foi buscar um no Rio Grande do Sul, que era um estado grande, e trouxe Getúlio Vargas. Isto deu efeito. Então eles procuraram Pernambuco para vice, porque isto era uma coisa que se fazia muito. O próprio Estácio Coimbra tinha sido vice de Bernardes. Rosa e Silva foi vice-presidente de Campos Sales. Procurou Pernambuco, mas Estácio não quis, Estácio hipotecou solidariedade ao Júlio Prestes. Eles ficaram procurando, então, um outro nome. O Júlio Prestes fixou-se em Vital... Vital Soares na Bahia, eles, então, foram para João Pessoa. Foram para a Paraíba, chamaram João Pessoa, João Pessoa aceitou. Então a Paraíba é aqui perto, e os acontecimentos se deslocaram para Pernambuco. João Pessoa morreu onde? Em Pernambuco. Os acontecimentos se deslocaram para aqui. E aí nós vemos então que a presença de Pernambuco na Revolução de 30 foi evidentíssima, porque uma vez derrubado o governo aqui - o da Paraíba já era revolucionário -, todos os outros saíram sem luta, só com a notícia de que tinha havido no governo de Pernambuco e o governo da Bahia também, que era um estado grande... O governo de Pernambuco foi evidente, e depois, na Revolução de 64, aí todo mundo viu que Pernambuco participou muito, até porque o governo aqui, Arrais, era um governo justamente muito visado, essa coisa toda, [inaudível] 1964 também partiu de Minas Gerais. Mas na Revolução de 35, por exemplo, foi Rio Grande do Norte, Rio, Pernambuco. Deveria eclodir em outros estados. Pernambuco estava ali. A Constitucionalista não conseguiu, porque a Revolução de 30 estava muito enraizada aqui. Olha, eu digo isto imparcialmente. Eu me dava, assim, com Carlos de Lima, não freqüentava palácio mas...

D.P. - O senhor era amigo dele?

J.M. - Eu não podia me considerar amigo mas me dava com ele... Eu passei apromotor público nessa época. Mas eu notava mesmo que era enraizada, por isso que eu acho que a Revolução de 32 não teve nenhuma repercussão. Foi uma revolução derrotada, ela, militarmente, perdeu. Pode ser até que haja quem diga: "Bem, venceu porque vieram até..." Está certo, mas...

Pois, então, como eu estava me referindo a respeito do operariado... Os sindicatos aqui em Pernambuco eram atuantes e na célebre questão de 22 aqui, da autonomia - o movimento de autonomia foi encabeçado por Manuel Borba, governador de Pernambuco -, os sindicatos tiveram liberdade. Pimenta mandou nesse movimento, foram bem atuantes. De maneira que a situação é esta. A economia de Pernambuco foi uma economia modesta, sempre foi apoiada no açúcar; hoje ela está um pouco menos no açúcar, mas o açúcar ainda prepondera. Hoje já tem aí várias atividades que vieram com a Sudene, mas, em geral, tudo girava em torno do açúcar. Infelizmente a coisa é

assim, o açúcar não conseguia o chamado preço. Antes de 30, quando havia um preço excepcional de açúcar, não era preço livre de mercado [inaudível]. Depois não conseguia, era o chamado preço político. Então a economia sempre sofreu um pouco isso. O governo do estado sofreu.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

D.P. - O senhor foi presidente do PSD em que período?

J.M. - Eu fui presidente do período de 55 aos primeiros dias de 63, parece. Fui até um período grande porque, como eu ia dizendo, com a cisão, saiu Jarbas Maranhão do PSD: ele discordou, apoiou a candidatura de Cleofas, que era da UDN, nós ficamos com a candidatura de Cordeiro de Farias, que era o candidato mais simpático da UDN. Boa parte da UDN ficou conosco. Com esta cisão o Etelvino, que era o presidente do partido - mais adiante quando ele deixou o governo, aí a uma certa altura, foi em fins de 55 -, achou melhor fazer voltar todo o pessoal: Jarbas Maranhão, seus companheiros todos. Seria melhor escolher um outro nome para a presidência, porque ele ficava muito atritado, não é? Ele tinha sido eleito presidente na época da dissidência. Então me escolheram, e houve até um trabalho no sentido de fazer desaparecer a dissidência e fazer voltar o pessoal. E este trabalho foi coroado de êxito, eles voltaram realmente, exceto Novais Filho, que já estava no Partido Liberal³ e ficou lá. Mas a dissidência de Jarbas Maranhão voltou toda. Todo esse período foi o meu período na presidência do PSD. Por isto é que me puseram lá, para fazer uma situação... fazer relacionamentos pessoais, ver se havia uma reaproximação, e houve esse resultado.

D.P. - Teve êxito o resultado?

J.M. - Teve êxito. Naturalmente as circunstâncias ajudaram. Nessa época o presidente nacional era o Amaral Peixoto.

D.P. - Depois que saiu da presidência, o senhor...?

J.M. - Passei a presidência a Paulo Guerra. Não fazia mais sentido a minha presença no diretório do partido [inaudível], porque com a escolha... na sucessão de Cid Sampaio, houve nova dissidência no PSD. Paulo Guerra apoiou Arrais, nós questionamos a candidatura de Cleofas. Quando Arrais venceu, nós achamos que devíamos entregar o PSD a eles. Eles tinham vencido, então ficassem com o PSD. O Paulo Guerra achou que realmente era isto, então se fez uma reunião... ele assumiu a presidência, eu a deixei e ficou assim. Isso me parece que foi em fins de 55 aos primeiros dias de 63. Quando assumiu Arrais, foi que houve uma reunião. Nós, em Pernambuco, também tínhamos nos envolvido na candidatura de Juscelino. Depois na de Juarez Távora: aí eu estava na presidência, foi a deliberação, não é? Porque, não obstante eu estar na presidência, nunca Etelvino Lins deixou de ser um líder do partido, porque ele estava lá sempre e tal...

D.P. - E depois disso o senhor não participou mais?

³ O depoente, na verdade, refere-se ao Partido Libertador.

J.M. - Ah, não! Não participei mais, e depois, então, veio esse meu filho que entrou nisso. Eu achei melhor, então, não ficarem dois. Ele estava começando a vida, vai aí caminhando [riso].

D.P. - O período rosista?

J.M. - É, o Rosa e Silva tinha muito prestígio, foi vice-presidente da República e se dizia que ele era o líder de todo o Norte. E naquela época quando se dizia o Norte, era compreendendo da Bahia para cima, porque não havia esta configuração geográfica Norte/Nordeste bem acentuada não. Então o prestígio de Pernambuco era grande, era prestígio político marcante mesmo. Agora, economicamente não se fazia sentir, porque a economia nacional toda era muito fraca, era uma economia rural, apoiada no café, e o café mesmo estava ainda se fazendo, de maneira que não havia muito o que se pleitear, economicamente não havia. Havia muita preocupação. Mas, politicamente, Rosa e Silva tinha muita influência.

D.P. - Quer dizer que ele teve liderança aqui até 11, mais ou menos?

J.M. - Até 11, quando [inaudível] Dantas Barreto. O governo de Dantas Barreto, afinal de contas, foi um governo aqui que foi bem-sucedido também - são as informações daquela época. Daí por diante houve governos, assim, sem maiores preocupações.

D.P. - O de Manoel Borba também foi um governo bem popular, não?

J.M. - Foi. Quer dizer, uma coisa engraçada: ele foi mais popular depois do governo do que durante o governo, engraçado isso.

D.P. - E ele em 30?

J.M. - Em 30 ele já tinha morrido, morreu em 28.

D.P. - Dantas Barreto morreu em 31, não é?

J.M. - É em 31. Ele atuou um bocado.

D.P. - Embora... quer dizer as pessoas se apegavam muito no nome dos dois, Dantas e Borba.

J.M. - É. O Dantas Barreto fez até um bom governo aqui, mas ele, rapidamente, desapareceu politicamente. Acho, também, que ele não tinha essa preocupação, não. O chamado pessoal do rosismo foi voltando aos poucos e voltou. No governo Sérgio Loreto já se esboçava um certo envolvimento do pessoal rosista, chamados remanescentes, que estavam voltando, até que voltaram mesmo com a escolha de Estácio Coimbra para governador. Depois, o governador Estácio Coimbra tinha escolhido José Maria Belo para ser o sucessor, que era um homem, aliás, ilustre. Mas é assim: Pernambuco, uma vez por outra, dá um vice-presidente, deu o Rosae Silva, depois deu Estácio Coimbra... Mas eu me lembro de que Agamenon dizia: "É preciso acabar com este negócio de Pernambuco dar vice-presidente, isto atrapalha." [risos] E até quando fizeram a Constituição de 1946, eu soube que nesse momento se quis evitar esse negócio de vice-presidente fazer essas composições, mas predominou nesse

período. Tanto que a eleição de 45 foi para presidente, e não havia vice-presidente, eles evitaram essa composição. Mas quando veio a Constituição de 46, restabeleceram o vice-presidente. O vice-presidente foi Nereu Ramos de Santa Catarina, que foi presidente do PSD durante muitos anos... Conheci pessoalmente. Minha atuação política foi modesta nisso tudo, mas testemunhei muita coisa.

[FINAL DO DEPOIMENTO]